

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

GOVERNO APROVA PROPOSTA QUE ISENTA QUEM GANHA ATÉ R\$ 5 MIL..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mais de 500 mil declarações entregues no 1º dia.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Compensação para isenção de IR até R\$ 5 mil terá de ser de R\$ 27 bi..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

EXISTÊNCIA DE SUPERSALÁRIOS É RUIM PARA A DEMOCRACIA'.....8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo agora diz que novo IR vai custar R\$ 8 bi a menos..... 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Quem pagará a conta da isenção - MÍRIAM LEITÃO..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB chega a 3,8% e pressiona o Copom.....14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Rumo à estagnação do PIB e do emprego - RAUL VELLOSO..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Atividade econômica surpreende e cresce mais que o esperado em janeiro..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Minas e Energia defende o aumento da mistura de etanol na gasolina a 30%..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com uso de IA, governo quer quase triplicar arrecadação com mineração.....21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Tarifas de Trump farão Brasil e mundo crescer menos, alerta OCDE..... 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar cai ao menor nível em mais de 4 meses..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

'Inflação de alimentos não tem milagre', diz Arminio.....27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

'Termômetro' da atividade do BC surpreende em janeiro.....29

Terça-Feira, 18 de Março de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

'Pragmatismo' pode fazer Brasil ganhar com incerteza global 31

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Pacote chinês promete bilhões para elevar renda e consumo (Editorial) 33

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
POLÍTICA

Lula envia isenção de IR até R\$ 5 mil ao Congresso: entenda o que pode mudar e impactos da proposta
..... 35

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
POLÍTICA

Lula e o novo prazo para o fim da reforma ministerial 39

GOVERNO APROVA PROPOSTA QUE ISENTA QUEM GANHA ATÉ R\$ 5 MIL

O governo envia para o Congresso hoje um projeto de lei que isenta do Imposto de Renda as pessoas que recebem até R\$ 5 mil mensais. Promessa da campanha eleitoral, essa iniciativa é a principal aposta do Planalto para tentar reverter a impopularidade crescente de Lula nas pesquisas de opinião. A tramitação do PL também vai medir a força do Planalto no Legislativo em 2026, depois das trocas dos presidentes da Câmara e do Senado.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o presidente Lula pediu para não haver alterações nos descontos dados hoje no Imposto de Renda (IR), como a isenção para pessoas com doenças graves. Segundo o chefe da equipe econômica, a Fazenda prevê uma renúncia de R\$ 27 bilhões com a ampliação da faixa de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5.000. A isenção vai valer a partir de 2026.

A pasta refez os cálculos e reduziu as estimativas de impacto - a previsão inicial era uma perda de arrecadação de R\$ 35 bilhões. "Foi um recálculo porque esse ano vai ter uma pequena correção depois do Orçamento por conta do aumento do salário mínimo", disse. O valor de renúncia precisará ser compensado com a criação de um imposto mínimo de até 10% sobre quem tem renda acima de R 50 mil por mês (R 600 mil por ano), incluindo lucros e dividendos.

Segundo Haddad, Lula também pediu a inclusão do CNPJ na proposta de compensação. Isso significa que também será considerada a cifra já paga ao Fisco via empresa. O titular da Fazenda se reuniu com o presidente Lula na manhã de ontem no Palácio do Planalto. Também estiveram presentes no encontro o secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, e o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas.

De acordo com Haddad, haverá hoje uma reunião com os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre. "Não posso antecipar o que vai ser anunciado pelo presidente depois da conversa com os presidentes das Casas", disse. Há expectativa de anúncio após o encontro. No entanto, o texto pode ser apresentado na quarta-feira, porque Lula tem uma viagem marcada para Sorocaba (SP) na tarde de amanhã.

Embora o aumento da isenção seja bem-aceito entre os congressistas, há forte resistência em relação à tributação de altos rendimentos, também prevista no projeto elaborado pela equipe econômica, liderada pelo ministro Fernando Haddad. Sobre essa proposta, pode-se esperar grandes dificuldades de aprovação no Legislativo.

Pelas regras atuais, estão isentos os contribuintes com rendimentos de até R\$ 2.824,00, o equivalente a dois salários mínimos. Com o alargamento dessa faixa, Lula espera agradar a população de baixa e média renda, parcela importante do eleitorado que vai votar em 2026. O projeto de lei sobre IR é parte da regulamentação da **reforma tributária** e chega ao Congresso como principal ponto da agenda do governo para este ano. Se a ampliação da faixa para R 5 mil entrar em vigor, cerca de 32% dos trabalhadores deixarão de pagar o tributo.

declaração

Apesar do atraso no fornecimento neste ano, a declaração pré preenchida do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) está parcialmente disponível desde ontem. Os contribuintes podem acessar os rendimentos de 2024 e importar as informações da declaração do ano anterior, como identificação e endereço. Segundo a **Receita Federal**, nesta etapa inicial, a declaração pré preenchida inclui informações como rendimentos e pagamentos, obtidos pelo Fisco pelos seguintes documentos: Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf); Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob); Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (Dmed); Carnê Leão Web.

A declaração pré preenchida parcial também tem os seguintes dados: rendimentos isentos decorrentes de moléstia grave; códigos de juros; restituições recebidas no ano-calendário. Até o dia 1º de abril, a Receita incluirá gradualmente dados na declaração pré preenchida, entre os quais: saldos bancários; investimentos; imóveis adquiridos; doações realizadas no ano-calendário; criptoativos contas bancárias e ativos no exterior; contribuições para a previdência privada.

Tradicionalmente fornecida no primeiro dia de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, a

declaração pré preenchida neste ano atrasou por causa da greve dos auditores-fiscais da Receita. Além de acelerar o preenchimento da Declaração do Imposto de Renda, a versão pré preenchida dá prioridade no recebimento da restituição.

O prazo de envio da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2025 começou ontem e vai até 30 de maio, às 23h59min59s. A Receita recomenda aos contribuintes que tenham toda a documentação em mãos para comparar com os dados fornecidos na pré preenchida. Em caso de divergências, o contribuinte deve preencher as informações dos documentos.

PRIMEIRO DIA

A **Receita Federal** recebeu 561.580 declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2025 até as 17h de ontem, primeiro dia para a entrega do documento, que considera os rendimentos recebidos ao longo de 2024. O prazo para entregar a declaração termina às 23h59 do dia de 30 de maio. O programa gerador da declaração está disponível desde quinta-feira. A **Receita Federal** calcula receber 46,2 milhões de declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física este ano, o que representará um acréscimo de quase 7%, na comparação com 2024, quando foram entregues 43,2 milhões de declarações. As pessoas físicas que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888, assim como aquelas que obtiveram receita bruta da atividade rural acima de R\$ 169.440, são obrigadas a declarar. Quem recebeu até dois salários mínimos mensais durante 2024 está dispensado de fazer a declaração, salvo se se enquadrarem em outro critério de obrigatoriedade.

Site: <https://digital.em.com.br/>

Mais de 500 mil declarações entregues no 1º dia

DANANDRA ROCHA E FERNANDA STRICKLAND

O prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2025 começou ontem, e uma parte dos contribuintes não perdeu tempo.

Apenas nas primeiras horas após a liberação do sistema, cerca de 500 mil declarações foram enviadas à **Receita Federal**.

A expectativa do órgão é de que 46,2 milhões de declarações sejam entregues até o fim do prazo, que se encerra em 30 de maio.

Aqueles que perderem a data estarão sujeitos a uma multa mínima de R\$ 165,74, podendo chegar a 20% do imposto devido.

Uma das novidades mais comentadas este ano é a inclusão de contas no exterior na declaração pré-preenchida. "Agora, os contribuintes poderão visualizar essas informações automaticamente, o que facilita o preenchimento, mas também aumenta a fiscalização sobre quem mantém patrimônio no exterior", explica o advogado tributarista André Felix Ricotta de Oliveira.

Além disso, há um incentivo para quem optar pelo pagamento via Pix e pelo uso da declaração pré-preenchida. "Esse incentivo pode reduzir a burocracia para o contribuinte e agilizar o recebimento dos valores a restituir", acrescenta o tributarista.

Pré-preenchida

Uma das principais facilidades deste ano é a ampliação da declaração pré-preenchida, que já está disponível com dados parciais.

Essa opção reúne informações de rendimentos, deduções e bens declarados no ano anterior, permitindo que o contribuinte apenas revise e confirme os dados.

No entanto, a versão completa do pré-preenchimento só estará acessível a partir de 1º de abril.

Para enviar a declaração, o contribuinte pode acessar o portal Meu Imposto de Renda no site da Receita ou usar o aplicativo disponível para celulares.

No ambiente digital, é possível preencher e enviar a declaração, além de consultar declarações e recibos já entregues, verificar possíveis pendências e até gerar o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) para pagamento do imposto devido.

Apesar das facilidades, Oliveira alertou para os cuidados com o acesso à conta gov.br.

"O login dá acesso a diversos serviços do governo, incluindo transações bancárias. Compartilhar essa senha pode trazer riscos financeiros e de segurança", orientou.

A **Receita Federal** recomenda que os contribuintes organizem a documentação necessária com antecedência para evitar correrias de última hora. Informações inconsistentes podem levar a pendências ou até mesmo à temida malha fina. Por isso, é fundamental revisar todos os dados inseridos antes do envio.

Oliveira também aconselha paciência na hora do preenchimento.

"Para a maioria dos brasileiros, especialmente assalariados, a declaração pré -preenchida facilita muito o processo.

Quem tem rendimentos de investimentos, ações ou ganhos de capital deve revisar atentamente e incluir as informações que não forem automaticamente preenchidas", destacou.

Com a ampliação da base de dados da **Receita Federal** e novas regras de fiscalização, a recomendação dos especialistas é que os contribuintes fiquem atentos para evitar omissões e possíveis autuações.

"A Receita tem cada vez mais acesso às informações financeiras dos contribuintes. A melhor estratégia é declarar corretamente e dentro do prazo", ressaltou Oliveira.

561.580 Número de declarações entregues até as 17h, segundo relatório da **Receita Federal**

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/71>

06/18-03-2025.html?all=1

Compensação para isenção de IR até R\$ 5 mil terá de ser de R\$ 27 bi

Guilherme Pimenta, Ruan Amorim e Jéssica Sant'Ana De Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encaminha nesta terça-feira (18) ao Congresso a proposta que vai isentar de pagamento de Imposto de Renda (IR) trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil ao mês, medida que vai incluir cerca de 10 milhões de brasileiros na lista dos já isentos. A renúncia de receita em 2026, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, será de R\$ 27 bilhões. Haverá uma compensação dessa perda de arrecadação, com a criação de um imposto mínimo efetivo para quem recebe acima de R\$ 50 mil.

A medida é mais uma lançada pelo Executivo no âmbito de um amplo pacote que tem a intenção de alavancar a popularidade do presidente Lula, em baixa em todas as principais pesquisas de intenção de voto, e uma das principais apostas para seu projeto de reeleição no próximo ano.

Uma cerimônia será feita no Palácio de Planalto para anunciar a medida, com a presença dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Para compensar a perda de receita com a isenção, o Ministério da Fazenda vai sugerir ao Congresso Nacional a implementação de um imposto mínimo para quem tem renda de até R\$ 600 mil ao ano (equivalente a R\$ 50 mil/mês), de forma escalonada para quem tem renda anual de R\$ 1,2 milhão, até atingir o patamar mínimo de 10%.

Para calcular esse imposto mínimo serão incluídos rendimentos hoje isentos de tributação, como dividendos.

Segundo apurou o Valor, a tributação dos dividendos será feita na fonte. Na declaração de ajuste anual, a **Receita Federal** fará um cálculo para saber se o imposto mínimo será atingido na soma da alíquota paga pela pessoa jurídica com a alíquota paga pela pessoa física. Caso ultrapasse, haverá uma restituição do montante recolhido a maior.

Recálculo

Ontem, aos jornalistas o ministro Fernando Haddad

explicou que a Fazenda refez os cálculos e chegou à renúncia dos R\$27 bilhões em 2026. Ano passado, durante o anúncio do pacote de contenção de gastos, a estimativa da equipe econômica era de uma renúncia de R\$ 35 bilhões, número que já era subestimado por especialistas em contas públicas, que chegavam a projetar cálculos superiores a R\$ 50 bilhões.

"Foi um recálculo porque, neste ano, vai ter uma pequena correção depois do Orçamento. Este ano já vai ter uma correção por conta do aumento do salário mínimo. Então, muda a base", declarou Haddad.

Após a aprovação do Orçamento deste ano pelo Congresso Nacional, o governo vai aumentar de R\$ 2.824 para R\$ 3.036 mensais a faixa de isenção do IRPF, o que já deve gerar, de forma anualizada, uma renúncia de R\$ 5 bilhões. Por isso houve uma reestimativa da renúncia a partir do ano que vem.

A isenção de IR, porém, continuará restrita à faixa de dois salários mínimos. Para garantir que quem recebe até R\$ 5 mil não recolha IR, o governo vai aumentar o desconto simplificado. Também haverá um desconto para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$7 mil, de forma a não gerar distorção para esse público.

Conforme noticiado pelo Valor no início do mês, a proposta vai se inspirar no modelo utilizado na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Lá, os **impostos** pagos pela empresa e aqueles recolhidos sobre dividendos são considerados de forma conjunta.

Existe um diagnóstico no governo de que pessoas de renda mais elevada recolhem pouco imposto como pessoa física no Brasil, se comparadas aos assalariados, que são tributados na fonte. A ideia é passar a considerar como rendimentos de uma pessoa não somente o salário, mas também outras rendas, como os dividendos, que hoje são isentos e fazem com que os mais ricos paguem uma alíquota efetiva menor do que boa parte dos assalariados.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

EXISTÊNCIA DE SUPERSALÁRIOS É RUIM PARA A DEMOCRACIA'

CÁSSIA ALMEIDA

ENTREVISTA

Bruno Carazza / economista

O economista Bruno Carazza, autor de dois livros sobre os privilégios no setor público brasileiro e professor da Fundação Dom Cabral, chama a atenção dos riscos, para a democracia, dos supersalários e penduricalhos que engordam os vencimentos no Judiciário, no Ministério Público e nas carreiras de elite do Executivo e Legislativo. No quinto capítulo da série Estado (in) eficiente, Carazza discorre sobre como funciona esse mecanismo que faz aumentar o rendimento bem acima do teto, que é o salário do ministro do Supremo Tribunal Federal. Em 2024, quando foi lançado "O país dos privilégios", o primeiro volume de uma série de três livros, Carazza mostrou que 93% dos juizes, desembargadores e ministros ganharam acima do teto, de R\$ 46,3 mil por mês.

No ano passado, o Judiciário gastou R\$ 7 bilhões com vencimentos acima do teto do funcionalismo, que é o salário do ministro do Supremo Tribunal Federal de R\$ 463 mil mensais. Como funcionam esses mecanismos que turbinam os salários da magistratura?

Nos últimos tempos, principalmente a magistratura e o Ministério Público estão explorando uma brecha na Constituição que permite esses pagamentos tão acima dos subsídios dos ministros do Supremo, que são os pagamentos indenizatórios, despesas que o servidor faz do seu próprio bolso para alguma função no trabalho, de transporte, alimentação, por isso a Constituição prevê que não devem estar sujeito ao teto. Os tribunais e órgãos do Ministério Público, nos últimos anos, alargaram a interpretação desse conceito de indenização. Começou com a venda de férias-magistrados têm direito a 60 dias de férias, o que já é um grande benefício. Isso é visto como uma indenização, e a "malandragem" é que não está sujeito ao pagamento de Imposto de Renda. Abriu-se então a porteira para uma série de auxílios e outros benefícios. O céu é o limite na criatividade dos tribunais e dos órgãos do Ministério Público no Brasil para criar esse tipo de pagamento que a gente passou a chamar de penduricalho.

Mas como conter essa bola de neve de benefícios?

A Constituição estabelece que um poder não pode se sobrepor ao outro. Essa ideia de independência foi estendida para esfera orçamentária e financeira. O Judiciário, o Ministério Público e o Legislativo têm assegurado uma fatia do Orçamento, independentemente de cortes e contingência-

mentos que afetam o Poder Executivo. Com o tempo, eles têm usado uma fatia desse Orçamento para dar reajustes ou benefícios salariais para si próprios. Esse processo se agravou com a digitalização e o home office, que reduziu o gasto de aluguel, manutenção dos espaços, energia, água transporte. Toda essa economia foi transformada em benefícios próprios. Uma parte da história é que no Brasil uma série de órgãos, como conselhos, tribunais de contas que deveriam fazer o controle administrativo, financeiro e orçamentário, são dominados por integrantes dessas carreiras, que acabam por legitimar esses benefícios. Para lidar de forma estrutural com esse problema dos supersalários, a primeira coisa é rever a questão da independência orçamentária e financeira que esses órgãos têm, ou limitar o poder normativo desses conselhos, ou rever esses órgãos.

Duas reformas difíceis...

As duas reformas exigiriam um capital político do governo, uma pressão grande da sociedade para que esses interesses sejam vencidos. Há um corporativismo muito forte no Brasil. E, se não tiver uma pressão externa, principalmente da sociedade e de quem comanda o país, da classe política, a gente vai continuar preso a essa realidade de criação desses supersalários.

Se nada mudar, a tendência é esses penduricalhos continuarem crescendo?

Ah, com certeza. Por mais que a imprensa esteja em cima, divulgando os abusos, não são casos isolados. Teve uma frase do Barroso (Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo) na abertura do Judiciário este ano de que são casos isolados (ganbos acima do teto), mas não são. É um processo generalizado de criação desses pagamentos acima do teto. Sempre que se expõe esse tipo de pagamento totalmente desco-nectado com a realidade brasileira - a gente está falando de uma pequena elite do serviço

brasileiro, a grande massa dos **servidores públicos** brasileiros ganha muito pouco -, perde-se um pouco da legitimidade, da credibilidade que esses órgãos têm. Com o passar do tempo, isso é muito perigoso, inclusive para democracia. A sociedade passa a entender que todos os juizes são privilegiados, que recebem muito, minando a credibilidade desses órgãos, o que é muito ruim para o país. A população começa a questionar se deveria ter ou não aquela instituição. Isso é muito perigoso para sus- gastarem, mas se não tentação da nossa democra- gastam direito cia. Isso deveria levar a uma não necessariamente reflexão dos integrantes dessas carreiras, principalmente nas altas cortes.

Quais as consequências?

Há uma demanda da sociedade para que haja uma melhor eficiência do gasto público, demanda legítima e necessária. O problema dos supersalários e de outros privilégios que o Estado provê para determinados grupos, inclusive para o setor privado, é que esses lobbies poderosos não deixam que as medidas para tornar o Estado mais eficiente atinjam seus próprios interesses, e a conta vai para população. Já que não consigo acabar com os supersalários, com os ganhos tributários para grandes empresas, o ajuste fiscal vai para as políticas públicas, para as transferências de renda, com a conta paga pela população com serviços mais precarizados. Isso é ruim para democracia. Com o passar do tempo, a população começa a questionar o funcionamento desse Estado, e corre-se o risco de embarcar em discursos populistas.

As emendas parlamentares este ano vão representar 20% das despesas não obrigatórias do Orçamento. Esse também é um dos temas abordados no seu livro. Como tratar essa questão?

Um dos problemas é a coordenação. A decisão do parlamentar não conversa com o que o governo concebeu nos seus diversos instrumentos de planejamento governamental. Há um choque de visões, a visão global e a local eleitoral. Essa divergência acaba impac-tando a qualidade do gasto público, por causa do nosso sistema eleitoral. A gente não tem um mecanismo adequado de responsabilização do parlamentar se ele não aplicou corretamente as emendas. Estamos dando cada vez mais recursos para os parlamentares gastarem, mas se não gastam direito, não necessariamente são punidos não sendo reeleitos. Ele é eleito com votos do esta-

do todo. Um caminho é alinhar o planejamento governamental com o gasto da emenda. Pode-se pensar num modelo em que o parlamentar vai continuar determinando onde se gastam as emendas,

mas sem liberdade plena para fazer esse tipo de gasto, seguindo algumas diretrizes gerais que o governo federal poderia estabelecer. Um sistema de voto distrital, não que esteja defendendo, faz mais sentido para um modelo pulverização de emendas parlamentares.

Quais serão os temas abordados nos seus dois próximos livros?

No segundo volume, vamos tratar desse sistema de criação de privilégios do setor empresarial. Há toda uma gama de benefícios tributários gerando caos tributário, há subsídios criados pelos bancos oficiais, como BNDES, Banco do Brasil e Caixa, e um sistema de privilégio em termos de proteção comercial. Há setores que ficam mais expostos à concorrência internacional e outros protegidos, e a decisão é feita a partir dos lobbies. A ideia é mostrar como essa estrutura privilegia uns em detrimen-

to de outros, contribuindo para um país com uma estrutura produtiva com baixa competitividade internacional, o que faz com que nós todos, como consumidores, paguemos um preço alto pelos produtos.

A **Reforma Tributária** não melhorou essa questão?

A reforma foi muito bem-sucedida em alterar esse sistema. Ela aponta um caminho de sucesso para reverter esse questão dos privilégios das diversas áreas, com envolvimento da sociedade, um debate público na imprensa, na academia e com diversos setores empresariais. É também um contrae-xemplo. Na tramitação, setores se organizaram de forma pesada, distorcendo alguns dos princípios da reforma, com lobbies para aprovar tratamentos diferenciados, alíquotas menores minando o que a reforma vai trazer para a sociedade como um todo. A gente ficou com um pouco de gosto amargo, ao fim da tramitação, mas foi um passo significativo de melhoria adiante

Eo volume 3?

Vamos tratar dos CPFs. O Brasil tem vários privilégios para diversas classes de renda. O tratamento tributário que favorece a concentração de renda, com deduções no Imposto de Renda, tributação sobre herança que é muito mais baixa que o padrão internacional, regime de tributação especial para aplicações financeiras privilegiando os mais ricos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo agora diz que novo IR vai custar R\$ 8 bi a menos

FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA | COLABOROU SOFIA AGUIAR

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo fez um recálculo e passou a estimar que a renúncia com a ampliação da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil custará cerca de R\$ 27 bilhões, um impacto menor do que os R\$ 35 bilhões inicialmente estimados.

"Foi um recálculo. Neste ano terá uma pequena correção depois do Orçamento por conta do aumento do salário mínimo, então muda a base", afirmou. O projeto de lei sobre o tema será assinado hoje pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Haddad disse que ainda haverá uma reunião com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para tratar do tema.

Só após esse encontro é que o presidente Lula fará o anúncio da proposta.

O ministro repetiu que não pode se antecipar ao presidente em relação ao anúncio, mas fez algumas confirmações. Ele disse que a tese do imposto mínimo está mantida e que o espírito do projeto que será anunciado mantém as diretrizes já divulgadas pelo governo com a correção de alguns pontos.

"Aquilo que foi anunciado com alterações encomendadas pelo presidente Lula, que foi não mexer nos descontos e considerar o CNPJ também.

Então foram duas alterações pedidas, ficaram prontas já há duas ou três semanas, e ele deve anunciar nesta semana", disse o ministro.

No caso dos descontos, Haddad se refere ao fim da isenção do Imposto de Renda para quem tem doença grave em faixas de renda mais altas, hoje garantida a aposentados por moléstia grave ou acidente.

Em novembro, Haddad disse que quem ganha até R\$ 20 mil teria a isenção garantida. Acima disso, o benefício cairia, mantida apenas a dedução integral nos gastos com saúde. A pedido de Lula, essa medida foi retirada do projeto.

Em relação ao CNPJ, Haddad não detalhou o que estará contemplado na medida. Em outras entrevistas, no entanto, o ministro já havia afirmado que a fórmula elaborada pela Fazenda consideraria os **tributos** que já foram pagos pela empresa de contribuintes que se encaixarão na regra do imposto mínimo.

A tributação será feita na fonte sobre os dividendos distribuídos, conforme mostrou o Estadão/Broadcast em dezembro.

Assim, o imposto devido deverá ser calculado de forma complementar ao que é pago pela empresa para que o mínimo exigido seja efetivamente recolhido. Esse ponto foi um dos itens que demandaram uma recalibragem, o que atrasou o envio da proposta.

CERIMÔNIA. O evento de assinatura do projeto deve ter a presença hoje de Haddad, Motta, Alcolumbre e da ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. A solenidade deve ser menor do que foi a do envio da medida provisória (MP) do novo consignado privado, na semana passada.

Haddad anunciou a medida no fim do ano passado, em pronunciamento na televisão aberta, e a proposta chegou a ser detalhada em novembro de 2024, quando o governo apresentou o pacote de contenção de gastos, mas o projeto voltou para análise do Fisco para recalibragem na parte da tributação de empresas.

Na época, como forma de compensar a perda de receita com a ampliação da faixa de isenção da tabela do IR, o governo também anunciou uma taxaçoão para quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês.

União pede mudança no Orçamento para atender ao Minha Casa

O governo federal fez um novo remanejamento de recursos no Orçamento e pediu ao Congresso que a Lei Orçamentária Anual (LOA) seja modificada para que R\$ 15 bilhões do Fundo Social sejam destinados ao financiamento de operações no âmbito da faixa 3 do Programa Minha Casa, Minha Vida. O governo também pediu que R\$ 150 milhões sejam destinados ao Banco Central para a "formulação da política monetária cambial e de crédito e supervisão do

sistema financeiro nacional".

O pedido foi feito pelo Ministério do Planejamento em ofício encaminhado à Comissão Mista de Orçamento (CMO) na sexta-feira e divulgado ontem. Antes, o governo já havia encaminhado ao Congresso solicitação com remanejamentos para incluir o aumento do investimento no Vale Gás.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Quem pagará a conta da isenção - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Cerca de 140 mil pessoas vão pagar um mínimo de imposto de renda para que 10 milhões de contribuintes, que ganham até R\$ 5 mil, sejam isentos. Esse é o resumo da proposta que o governo enviará hoje ao Congresso. O assalariado com carteira assinada que tenha um bom salário não será afetado, pois já recolhe 27,5%. O imposto será cobrado de quem tem renda alta isenta ou subtributada. O nome do que será feito nesse projeto é justiça tributária.

Esse imposto mínimo será assim: quem recebe R\$ 600 mil ou mais por ano em renda isenta ou subtributada terá que pagar um imposto mínimo. Ele será gradual. Quem

ganhe menos de R\$ 600 mil não pagará nada deste imposto, mas acima disso haverá uma gradação de alíquotas que vai do 1% ao 10%. Quem tem renda não tributada de R\$ 1,2 milhão por ano ou mais pagará a maior alíquota deste imposto, que é 10%.

O governo tinha calculado que o custo da isenção seria de R\$ 35 bilhões, ou seja, não entrariam nos cofres públicos R\$ 35 bilhões por ano, a partir de 2026. Mas a faixa de isenção vai ser reajustada este ano para quem ganha até dois salários mínimos, equivalente a R\$ 3.036. Então o custo da renúncia fiscal para o ano que vem caiu um pouco, para R\$ 27 bilhões.

No mercado e entre especialistas há várias contas bem mais altas sobre o custo da isenção. Mas as informações dentro do governo são de que a fórmula adotada para a isenção é diferente da que sempre houve no Brasil. Quando subia a isenção beneficiava todo mundo. Ou seja, até quem ganha R\$ 100 mil, por exemplo, recebia o benefício na parcela do seu salário até R\$ 5 mil. Agora será através de um crédito dado diretamente a quem ganha até R\$ 5 mil. Depois haverá a introdução do imposto, de forma gradual, até a faixa de R\$ 7 mil, para que não haja uma mudança brusca. O objetivo do programa foi explicado assim por uma fonte do governo.

-Vai ser o imposto mínimo sobre as altas rendas. Como é que ele funciona? Hoje, no Brasil, quanto mais alta é a sua renda, mais baixa é a sua alíquota efetiva de imposto de renda. Quer dizer, a alíquota efetiva vai

subindo até chegar no percentil 95, mais ou menos, e depois ela começa a cair. Por que a alíquota efetiva? Porque os mais ricos recebem a maior parte da sua renda de fontes isentas. A principal delas é o dividendo, mas há outras fontes isentas.

O governo fez essa engenharia tributária, dando isenção de até R\$ 5 mil e chamando para pagar a conta quem está no topo da pirâmide.

-A gente decidiu financiar essa isenção para os R\$ 5 mil, criando um imposto mínimo de até 10% para quem ganha mais de R\$ 600 mil/ ano. A alíquota vai subindo de zero para quem ganha menos de R\$ 600 mil até 10% para quem ganha R\$ 1,2 milhão por ano e fica fixa em 10% a partir de então. E esse imposto é mínimo. Quer dizer o seguinte: você pode abater dele tudo que já pagou antes. Se é um assalariado que recebe e é descontado 27,5% na sua folha, não vai pagar nada a mais. Agora, se recebe outro tipo de renda isenta ou com tributação baixa vai pagar o mínimo -explicou o economista.

Quando a proposta foi anunciada pela primeira vez, produziu um volume enorme de ruído. Dólar, juros futuros, risco dispararam. Mas isso porque havia uma expectativa de um anúncio de corte de gastos, e o governo veio com uma bondade que tem um preço. Toda isenção é paga pelo conjunto da sociedade. O problema no Brasil é que tem muita isenção que não é justa. Essa é justa.

Há o temor entre as rendas mais altas de que haja um aumento real de tributação, já que o imposto é recolhido pela empresa antes de distribuir o dividendo. A explicação que eu ouvi é que o projeto foi desenhado para que se a soma do que a empresa recolheu, de IRP), mais o que o sócio passará a pagar for maior do que 34%, essa diferença será devolvida.

E se o Congresso elevar a faixa de isenção, ou impedir que seja cobrado o imposto a mais sobre os mais ricos? A explicação dada no governo é que eles trabalharão para que não aconteça.

-Esta é uma batalha super justa, uma das maiores injustiças do sistema tributário brasileiro é que o 1% dos mais ricos do Brasil pagam proporcionalmente menos imposto do que um trabalhador assalariado.

Vai ser mais uma batalha, mas quem quiser poupar os ricos e cobrar **impostos** dos mais pobres terá que assumir que é isso que deseja fazer.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB chega a 3,8% e pressiona o Copom

RAFAELA GONÇALVES E AGÊNCIA ESTADO

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do desempenho do produto interno bruto (**PIB**) brasileiro, registrou alta de 0,9% em janeiro sobre o mês anterior.

Segundo os dados, divulgados ontem pelo Banco Central (BC), em comparação com janeiro do ano anterior, o IBC-Br teve alta de 3,6%, enquanto, no acumulado em 12 meses, passou a um avanço de 3,8%.

Mesmo em meio à política monetária restritiva, o indicador veio mais forte que o esperado.

O resultado mensal mostrou forte recuperação após a retração de 0,6% registrada em dezembro.

"Esse desempenho reforça um cenário de crescimento resiliente, puxado possivelmente pelo setor de serviços e por uma demanda interna ainda aquecida", destacou Pedro Ros, CEO da Referência Capital.

O especialista avalia que o dado gera um dilema para o BC, diante da "necessidade de manter um aperto monetário para conter a **inflação**, enquanto o mercado esperava sinais mais claros de desaceleração". "A tendência agora é uma política mais cautelosa na condução da Selic, equilibrando crescimento e estabilidade de preços", disse, em referência à taxa básica de juros, que será definida na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que tem início hoje.

O **PIB** encerrou 2024 com um crescimento de 3,4%, a expectativa entre analistas agora é de perda de força da economia, efeito do ciclo de alta dos juros.

Para Jorge Kotz, CEO da Holding Grupo X, embora a alta tenha superado as expectativas do mercado, "é importante adotar uma visão cautelosa antes de considerar essa taxa como um sinal de recuperação econômica robusta".

"Apesar da surpresa positiva, o crescimento ainda está sujeito a vários fatores de risco, como a **inflação** persistente, o impacto das políticas monetárias do Banco Central e a volatilidade externa", destacou; Segundo ele, a alta do índice pode ser atribuída a ajustes pontuais em setores específicos, sem refletir uma melhora generalizada da economia. "Por isso, ainda é cedo para afirmar que a tendência de

crescimento será sustentável ao longo do ano, especialmente se as condições fiscais e políticas internas continuarem instáveis", complementou.

Felipe Vasconcellos, sócio da Equus Capital, avalia ainda que o desempenho acima do esperado pode influenciar as próximas decisões do Copom. O próprio BC já sinalizou que haverá elevação de um ponto percentual, levando a Selic para 14,25% ao ano. "A manutenção desse patamar de crescimento do **PIB** por mais tempo que o antecipado pelo mercado coloca mais pressão sobre a **inflação**, que já foi impactada pelo aumento dos preços de energia elétrica, e coloca pressão adicional sobre o Banco Central para ajustar a política monetária", observou.

Boletim Focus

O Boletim Focus, também divulgado ontem pelo BC, mostrou que a estimativa do mercado para a expansão da economia brasileira em 2025 caiu de 2,01% para 1,99%. Já a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 2025, passou de 5,68% para 5,66%. Foi a primeira redução, em seis meses, nas expectativas para a **inflação**. Mesmo assim, o indicador permanece longe do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 4,5%.

Para Volnei Eying, CEO da gestora Multiplike, o Boletim Focus trouxe um alívio no curto prazo, mas reforçou preocupações para o médio prazo. "A projeção do IPCA, para 2025, recuou para 5,66%, mas para 2026 subiu de forma significativa para 4,48%.

Isso indica que o mercado ainda vê dificuldade no controle da **inflação**, mesmo com a taxa Selic mais alta", destacou.

A mediana para a Selic ficou estável em 15% neste ano. Atualmente, a taxa está em 13,25%.

**

Economia mundial mais lenta / (RG e Agência Estado)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu a previsão de crescimento para a economia mundial no próximo biênio.

De acordo com o relatório, publicado ontem, o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) global deve desacelerar de 3,2% em 2024, para 3,1% em

2025 e 3,0% em 2026.

O documento atribui essa desaceleração a "maiores barreiras comerciais em várias economias do G20 - grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana - o aumento da incerteza geopolítica e de políticas pesando sobre os investimentos e os gastos das famílias", como razões para a redução das projeções.

No caso do Brasil, a estimativa passou de 2,3% para 2,1% em 2025 e foi reduzida de 1,9% para 1,4% em 2026. A desaceleração da economia foi atribuída à elevação de juros pelo Banco Central e por efeitos ao nível de atividade provocados pela alta de tarifas a aço e alumínio exportados aos Estados Unidos. "É esperado que a expansão no Brasil desacelere em relação ao seu recente ritmo rápido, pois o impacto do aperto da política monetária e das tarifas mais altas sobre as exportações de aço e alumínio para os Estados Unidos reduzirá o crescimento de 3,4% em 2024 para 2,1% em 2025 e 1,4% em 2026", apontou o documento.

De acordo com a OCDE, as tarifas impostas pelos EUA e o consequente efeito na demanda global devem limitar a expansão econômica brasileira, que já enfrenta os desafios internos de **inflação** e restrições ao crédito.

"Quando o governo aumenta tarifas sobre produtos importados, tudo fica mais caro. Isso gera **inflação**, e para controlar a **inflação**, o banco central precisa subir os juros", explica o economista Carlos Braga Monteiro, CEO do Grupo Studio.

Num cenário em que, a partir de abril, os Estados Unidos aplicariam 25% de sobretaxas a todos os produtos importados, o crescimento norte-americano cairia ligeiramente para 2,2% este ano e 1,6%, em 2026, contra projeções anteriores de 2,4% e 2,1%, respectivamente, alerta a OCDE.

"A estratégia de Trump pode acabar prejudicando os próprios EUA. Ao dificultar o comércio, as empresas americanas pagam mais caro por insumos, perdem competitividade e podem contratar menos. Ou seja, em vez de fortalecer a economia, ele pode acabar enfraquecendo o crescimento e o emprego", aponta Monteiro.

Segundo ele, o problema não para por aí. "Se os EUA desacelerarem, o impacto se espalha pelo mundo, reduzindo comércio e investimentos globais. Para o Brasil, isso significa menos demanda por exportações, menos entrada de capital estrangeiro, o que pode pressionar o dólar e os juros", disse.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7106/18-03-2025.html?all=1>

Rumo à estagnação do PIB e do emprego - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Acaba de ser divulgado, com uma certa euforia em vários veículos da mídia, o maior superavit fiscal primário (isto é, a maior sobra de caixa antes de considerar o pagamento do serviço da dívida) da história recente, no caso de quase R\$ 105 bilhões, em janeiro, algo ao redor de 10,8% do **PIB**, o que pode ter deixado a falsa impressão de que estaríamos vivendo a maior folga possível na história recente da área fiscal. Ao mesmo tempo, não se levaram em conta áreas problemáticas, como a de que a arrecadação federal de janeiro teria desabado por conta de greve na **Receita Federal**, e também por não se ter ainda aprovado o Orçamento para 2025, ou sofrido por outros fatores desfavoráveis de cunho mais estrutural.

Nesse último contexto, cabe lembrar que o crescimento do **PIB** a taxas minimamente razoáveis requer uma expansão compatível das inversões em infraestrutura, onde percebi, em adição, que, enquanto os investimentos privados nesse segmento se vinham mantendo estagnados ao redor de 1% do **PIB** há bastante tempo, as taxas de crescimento das inversões públicas nessa área, tradicionalmente em razoável expansão, passaram a desabar sistematicamente de uns tempos para cá, sinalizando uma nova fase de menor crescimento do **PIB** e do emprego à frente, algo que, ao contrário do que muitos poderiam deduzir com base no que comecei a dizer neste artigo, deveria nos estar preocupando bastante.

Aqui, basta perceber o elevado peso conjunto de apenas dois itens da família de gastos correntes, e que são super rígidos, no total do gasto não financeiro, que se situa hoje em 52,6%, basicamente Previdência e o BPC - este talvez o mais importante programa da área assistencial, em contraste com o peso de 22,3% que ambos haviam registrado em 1987, um ano antes da edição da atual Constituição. Com tamanho peso desses itens, fica muito difícil retomar os tão ansiados investimentos em infraestrutura, sem os quais o **PIB** (e, portanto, o emprego) não voltam a crescer a taxas razoáveis, além de manter a dívida pública sob controle via o pagamento em dinheiro de uma parcela relevante do seu serviço.

O principal fenômeno por trás da desabada dos investimentos públicos em infraestrutura se refere à disparada dos gastos previdenciários em todo o setor

público. Com base nos dados que pude obter para um período mais recente, as taxas de crescimento real médio dos gastos previdenciários públicos se situaram, por ordem decrescente, em 12,5% a.a. nos municípios (em 2011-18); 5,9% nos Estados (2006-18); 5,1% no Regime Geral (2006-20); e 3,1% no Regime da União (2006-21). Em contraste, a taxa dos investimentos públicos de todos os entes em infraestrutura teria variado à média real de -1,5% em 2006-22.

Algo que poucos sabem é que a principal causa da debacle previdenciária é algo de natureza demográfica, vale dizer, a explosão da taxa de crescimento do número de idosos (ou acima de 65 anos, que determina o valor dos benefícios), que tem acontecido não apenas em nosso País, em relação à da população em idade ativa (pessoas entre 15 a 65 anos, de onde se extraem os valores das contribuições). Só para ilustrar, estima-se que a primeira deverá alcançar 679% em 2050, comparativamente a 1987, enquanto a segunda chegará a 65,4%. A saída para essa muito difícil situação é nada simples, e costuma ser chamada de "equacionamento previdenciário", isto é, zerar o passivo atuarial dos entes em causa via reformas de regras, aportes de ativos (leia-se: capitalização) ou o que seja, sem o que os novos e preciosos empregos jamais serão criados.

(Entrarei em mais detalhes desse tema nas próximas colunas).

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Rumo à estagnação do **PIB** e do emprego

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7106/18-03-2025.html?all=1>

Atividade econômica surpreende e cresce mais que o esperado em janeiro

CÍCERO COTRIM, CAROLINE ARAGAKI, GABRIELA JUCÁ e LUIS LEAL

A economia brasileira iniciou o ano com mais força do que o previsto, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central. O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado uma espécie de prévia do **PIB** oficial (calculado pelo IBGE), avançou 0,89% em janeiro ante dezembro, acima do teto de 0,7% estimado pelo mercado em pesquisa da Projeções Broadcast (a mediana era de 0,30%).

Na comparação com janeiro de 2024, o IBC-Br registrou alta de 3,58%, sem ajuste sazonal, também acima do teto das estimativas - de 3,10%, com mediana de 2,30%. O BC não detalhou os resultados por setores, mas a avaliação de economistas é de que o resultado tenha sido puxado pelo agronegócio.

"Apesar de o BC não divulgar a abertura setorial do IBCBr, dá para suspeitar do efeito positivo do agro, quando olhamos para a aparente diferença entre as pesquisas mensais e o que foi apontado pelo índice", afirma Gabriel Couto, economista do Santander Brasil, se referindo aos dados publicados nos últimos dias pelo IBGE indicando queda na indústria, no varejo e em serviços em janeiro.

A projeção oficial do Santander é de crescimento de 1% para o **PIB** no primeiro trimestre, mas a estimativa de alta frequência (tracking) já aponta para uma alta de 1,3% no período.

Na mesma linha, a AZ Quest manteve a projeção de crescimento de 1,7% para o **PIB** de 2025 após o IBC-Br de janeiro, mas afirma que há um "leve viés de alta" por eventual surpresa com o desempenho do agro. "O dado de hoje (ontem) tira o risco de uma desaceleração mais abrupta", diz Lucas Barbosa, economista da gestora.

Em 2024, o **PIB** fechou com crescimento de 3,4%.

"O agro vai ser a grande surpresa em termos de **PIB**, com safra de soja forte, e deve trazer margens fortes no primeiro e no segundo trimestres", avaliou o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale.

SELIC. A divulgação acontece às vésperas da definição da nova taxa básica de juros. O Comitê de

Política Monetária (Copom) do BC se reúne a partir de hoje para anunciar, amanhã, a nova Selic. O consenso no mercado é de alta de 1 ponto porcentual - o que levaria a taxa para 14,25%. Na avaliação de Vale, da MB Associados, o IBC-Br de janeiro "vai colocar para baixo aquelas discussões de que o BC talvez tivesse espaço para reduzir a alta da Selic em maior velocidade".

Segundo ele, o cenário de uma economia ainda forte por conta do agro faz com que haja pressão de demanda, eventualmente fazendo com que as pressões inflacionárias permaneçam.

Assim, a visão de Vale é de que o Copom só deve ter espaço para cortar a Selic no segundo semestre. No fim deste ano, a MB projeta Selic em 15% e, em 2026, em 14%.

MERCADO. A atividade econômica aquecida no Brasil acabou ajudando a empurrar o dólar ontem para o menor patamar da moeda frente ao real desde 7 de novembro do ano passado. Com queda de 0,99% no dia, fechou valendo R\$ 5,68.

Outros fatores que pesaram foram as avaliações de que o **PIB** americano está em desaceleração e o anúncio da China de que vai adotar novas medidas para reavivar o consumo da população, aumentando a renda das pessoas.

Segundo analistas, o raciocínio aqui é que um **PIB** mais forte deve manter consumo e preços sob pressão, exigindo do BC uma política monetária mais contracionista. Com isso, deve aumentar a diferença entre as taxas de juros no Brasil e no EUA, atraindo dólares de investidores estrangeiros.

Já o Ibovespa, principal índice da B3, engrenou a quarta alta seguida - ontem, subiu 1,46%, aos 130,8 mil pontos.

"Mesmo com ambiente de política monetária mais restritivo, a atividade econômica (medida) pelo IBC-Br iniciou 2025 em ritmo mais forte do que se pensava, o que também contribuiu para o avanço da Bolsa e a queda do dólar", disse Virgílio Lage, especialista da Valor Investimentos.

Cenário A AZ Quest projeta alta de 1,7% para o **PIB**

de 2025, mas afirma que agora há um "leve viés de alta"

**

Mercado reduz previsão para **inflação** no ano, mas eleva a de 2026

Divulgada ontem, a mediana do relatório Focus (compilação feita pelo Banco Central com projeções de analistas de mercado) para o IPCA de 2025 caiu de 5,68% para 5,66%. Agora, está 1,16 ponto percentual acima do teto da meta, de 4,50%. Um mês antes, o número era de 5,60%.

Em contrapartida, a estimativa para a **inflação** no próximo ano foi de 4,40% para 4,48%.

A partir deste ano, a meta passa a ser contínua, com base na **inflação** acumulada em 12 meses. O centro é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Se o IPCA ficar fora desse intervalo por seis meses consecutivos, considera-se que o Banco Central perdeu o alvo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Minas e Energia defende o aumento da mistura de etanol na gasolina a 30%

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA COM RENAN MONTERIO/BRASÍLIA

O Ministério de Minas e Energia (MME) apresentou ontem o estudo que encomendou para avaliar os impactos da adição de 30% de etanol nos motores movidos a gasolina, e a expectativa de agentes do setor é de que isso abra caminho para que a nova proporção da mistura comece a valer ainda neste ano - atualmente, o percentual de etanol na gasolina é de 27,5%.

O protocolo de testes para avaliar a viabilidade técnica do aumento da mistura foi aprovado no fim de 2024, e os testes foram conduzidos pelo Instituto Mauá de Tecnologia IMT) entre janeiro e fevereiro deste ano.

"Os testes confirmaram que o E30 (proporção de 30% de etanol anidro na gasolina) é viável tecnicamente, é seguro para a nossa frota de duas e quatro rodas", disse ontem o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, informando que ainda este ano levará ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a proposta de adoção do E30 - que segundo a pasta busca ampliar "os benefícios ambientais e econômicos, como a redução das emissões de gases de efeito estufa e a diminuição da dependência da importação de gasolina".

Antes do envio da proposta ao CNPE, contudo, o ministro afirmou que a pasta vai avaliar as informações técnicas sobre a curva de preços resultante do aumento da mistura. "Estamos todos (no governo) focados na redução dos preços dos alimentos", disse Silveira, ao justificar a prudência para tratar da questão.

"Com o E30, o preço da gasolina na bomba vai cair e nos tornaremos, em definitivo, independentes da importação da gasolina", antecipou-se Silveira. "Vamos nos livrar das amarras do preço de paridade internacional, o preço da gasolina será o preço de competitividade in terna.

O E30 é um ganho incalculável para a soberania nacional e para a segurança energética." BIODIESEL. No mês passado, o governo congelou o aumento da mistura do biodiesel no diesel, que subiria de 14% para 15%, sob a alegação de que a medida faria aumentar o valor do litro do diesel nas bombas e

pressionaria ainda mais os preços do óleo de soja, com reflexos na **inflação** já alta. O aumento da mistura estava prevista para ocorrer a partir de 1.º de março.

A decisão desagradou os produtores de biodiesel, que estão neste momento em confronto direto com distribuidores de combustíveis, principalmente depois que eles pediram à ANP (Agência Nacional do Petróleo) para suspender por 90 dias a adição de qualquer quantidade de biodiesel ao diesel.

Conforme noticiou o Estadão/ Broadcast em fevereiro, representantes dos distribuidores fizeram o pedido de suspensão à ANP baseados em informações de que haveria empresas no mercado que não estavam fazendo a mistura obrigatória, o que provocava concorrência desleal, já que quem mistura o biodiesel tem mais custos e, por isso, perde margem de lucro. A avaliação desses distribuidores é de que a ANP não está conseguindo fazer a adequada fiscalização do setor.

Na semana passada, o Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes) oficializou o pedido à ANP.

Questionado sobre a iniciativa do Sindicom, Silveira disse ontem ser contra a suspensão da mistura de 14% por 90 dias.

Para ele, as empresas "têm todo o direito de cobrar concorrência leal" na mistura. Mas diz que elas "não podem usar desse argumento" para interromper a vigência da mistura de 14% do biodiesel, que ele chama de "mandato do B14".

Desde a suspensão do aumento para 15% da mistura, os produtores de biodiesel tentam uma investida para ampliar a fiscalização, com o objetivo de pacificar a relação com o Sindicom. Nesta semana, representantes dos dois setores vão se reunir para discutir como equipar a ANP e também a elaboração do projeto de lei que amplia as punições para os distribuidores que não fizeram a adição do biodiesel corretamente.

Por outro lado, para que a medida possa valer ainda este ano, o CNPE terá de incluir a proposta de aumento para 30% da adição de etanol à gasolina na

pauta de sua próxima reunião extraordinária, antes do início de abril.

Inflação

Temendo a alta de preços, governo adiou o aumento da mistura do biodiesel ao diesel, de 14% para 15%

MISTURA

27,5% é a proporção de etanol misturado na gasolina atualmente

15% era a proporção de biodiesel que deveria ser misturada ao diesel, mas a medida foi suspensa pelo governo por medo de que pressionasse ainda mais os preços do óleo de soja

14% é a proporção atual de biodiesel misturado ao óleo diesel no País, agora sem data para mudar

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com uso de IA, governo quer quase triplicar arrecadação com mineração

RENAN MONTEIRO BRASÍLIA

A arrecadação federal com o setor de minérios pode sair dos R\$ 7 bilhões registrados em 2024 para um volume próximo de R\$ 20 bilhões em 2026 a partir da reestruturação da Agência Nacional de Mineração (ANM). As mudanças incluem um novo mecanismo de análise de informações fiscais e a melhora do fluxo de processos com ferramentas de inteligência artificial (IA).

A estimativa é do diretor-geral do órgão regulador, Mauro Henrique Sousa.

O aumento e o cruzamento de bases dados é a primeira frente para evitar sonegação no segmento. No início deste ano, entrou em vigor a Declaração de Informações Econômico- Fiscais (DIEF) da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Esse mecanismo substitui a chamada Ficha de Registro de Apuração, que estava em vigor desde uma portaria de 1999.

As informações que serão declaradas devem ser comprovadas por meio da documentação fiscal e contábil, por exemplo, nas operações de exploração mineral. A regra vale quando o fato gerador - condição em que é devido o tributo - for requerido para fins de fiscalização.

"Nós vamos poder cruzar essas informações da comercialização dos minérios com as declarações do relatório anual de lavra e os dados fiscais da **Receita Federal**", explica o diretor- geral da ANM em entrevista ao Estadão/Broadcast.

Em 2024, a arrecadação de royalties da mineração foi de R\$ 7,4 bilhões, acima dos R\$ 6,8 bilhões previstos em 2023.

Em 2021, quando a tonelada de minério de ferro foi cotada, na média, em US\$ 160,01, a arrecadação atingiu seu recorde: R\$ 10,2 bilhões.

TECNOLOGIA. Em outra frente, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) estipula como meta zerar, até outubro deste ano, uma fila de 40 mil processos de empresas interessadas em exploração de minérios pendentes de avaliação.

A Kumulus, empresa de tecnologia, assinou o contrato no fim de 2024 e já iniciou o trabalho preliminar com a integração de dados, segundo a ABDI. Relatórios ou notas técnicas automatizadas serão base para uma análise dos servidores da ANM.

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRCGO), Sucena Hummel, avalia como ambiciosa a perspectiva de chegar a R\$ 20 bilhões em arrecadação e diz que o alcance desse montante dependerá da efetiva implementação das novas obrigações, da adaptação dos contribuintes e do cenário econômico do setor minerário.

"A implementação de ferramentas de inteligência artificial, por exemplo, para análise de processos vai acelerar as ações de fiscalização, reduzir erros e colaborar para a identificação de inconsistências, o que pode aumentar a base de arrecadação estimada", declarou a presidente do CRCGO.

PROBLEMAS INTERNOS. Em agosto de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou em relatório preliminar que o poder público poderia perder R\$ 20 bilhões em contribuições legais via setor minerário.

O valor se refere a créditos já lançados, mas ainda não constituídos, tendo em vista 12.243 processos pendentes.

A ineficiência no sistema de arrecadação e a falta de pessoal e estrutura na ANM foram as principais justificativas apresentadas para essa fila de pendências.

Pedro Henrique Jardim, sócio da área de Infraestrutura e Energia do Machado Meyer Advogados, avalia que a agência atualmente não tem capacidade de lidar com todas as demandas tempestivamente.

Ainda assim, ele ressalta que o órgão regulador é o segundo com maior arrecadação aos cofres públicos, atrás somente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP).

"Não nos parece que a ANM esteja agindo de maneira negligente, mas, como os próprios representantes da agência vêm reiteradamente relatando, há um déficit de capacidade operacional que resulta em perdas para

os cofres públicos", avalia o advogado.

Além da fiscalização e cobrança da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), a ANM é responsável pelas fiscalizações relativas à segurança das estruturas e operações das mineradoras, aprovações de novos projetos ou expansões de projetos, outorgas e cessões de títulos e leilões de títulos, dentre outras competências.

Em todo o País, há por volta de 8 mil companhias que exploram minérios. O Brasil tem cerca de 3.354 minas, sendo que 159 são de grande porte.

Entre 1996 e 2023, o Brasil teve cerca de 128 mil requerimentos de autorização de pesquisa para minerais metálicos.

O setor emprega hoje por volta de 200 mil trabalhadores diretos e 800 mil indiretos. O segmento responde hoje por cerca de 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do País.

RAIO-X

R\$ 10,2 bi foi o recorde da arrecadação com royalties da mineração, batido em 2021

200 mil trabalhadores estão hoje empregados diretamente no setor no Brasil

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tarifas de Trump farão Brasil e mundo crescer menos, alerta OCDE

Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)-que reúne 38 das economias mais avançadas do mundo -avalia que o crescimento da economia global vai desacelerar de 3,2% em 2024, para 3,1% em 2025 e 3% em 2026. Para o Brasil, a OCDE reduziu ainda mais suas projeções e agora vê uma expansão de apenas 2,1% do PIB em 2025 (contra 2,7% previstos em dezembro) e de 1,4% em 2026 (contra 1,9%).

"É esperado que a expansão no Brasil desacelere em relação ao seu ritmo alto recente, pois o impacto do aperto da política monetária e das tarifas mais altas sobre as exportações de aço e alumínio para os Estados Unidos reduzirá o crescimento", avalia a OCDE em relatório, acrescentando que, no caso de um choque comercial mais amplo, a taxa Selic pode precisar subir entre 1,25 e 1,5 ponto percentual adicionais para evitar uma deterioração maior do ambiente econômico.

Restrições ao comércio e incertezas devem frear os investimentos empresariais e os gastos dos consumidores, e os países mais expostos terão desacelerações mais acentuadas. O crescimento do Canadá deve cair para 0,7%, menos da metade da previsão de dezembro. O México, por sua vez, será o país mais afetado, com uma contração de 1,3% este ano e de 0,6% no próximo, uma revisão drástica em relação às previsões anteriores de crescimento de 1,2% e 1,6%. A própria economia americana deverá reduzir seu crescimento para 2,2% este ano e 1,6% em 2026.

O aumento dos custos do comércio também impulsionará uma **inflação** mais forte do que o esperado, exigindo que os bancos centrais mantenham políticas restritivas por mais tempo, prevê a OCDE. Em muitos países, incluindo os EUA e o Brasil, o aumento dos preços básicos permanecerá acima das metas estabelecidas pelos governos locais ao longo deste ano e em 2026.

O relatório é o panorama mais abrangente já feito por uma organização internacional de quantificar os estragos da guerra comercial de Donald Trump.

PERDAS PARA EUA E EUROPA

A Câmara de Comércio Americana para a União

Européia (UE) -que representa as empresas americanas que atuam no bloco e tem mais de 160 membros, incluindo Apple, ExxonMobil e Visa-alertou ontem que a crescente guerra comercial entre EUA e Europa põe em risco cerca de US\$ 9,5 trilhões em comércio e investimentos bilaterais.

O documento mostra que no ano passado US\$ 2 trilhões em bens e serviços foram negociados entre a Europa e os EUA. Foram US\$ 4 trilhões em vendas de afiliadas americanas na Europa, enquanto empresas européias nos EUA realizaram US\$ 3,5 trilhões em vendas de afiliadas no exterior.

As vendas das afiliadas estrangeiras dos EUA na Europa são quatro vezes maiores que as exportações americanas para o continente, enquanto as vendas das afiliadas européias nos EUA são três vezes superiores às exportações européias. O documento da AmCham alerta que os efeitos colaterais do conflito comercial podem prejudicar esses laços estreitos.

- Os efeitos colaterais de um conflito comercial não se limitarão ao comércio. Eles se espalham por todos esses outros canais, e as interações são bastante significativas -ressalta Daniel Hamilton, principal autor do relatório. (*Com agências internacionais)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar cai ao menor nível em mais de 4 meses

ISA MORENA VISTA

O dólar caiu ontem ao menor valor desde 7 de novembro do ano passado. A moeda americana recuou 0,99%, a R\$ 5,686. No acumulado do ano, a queda é 7,98%, ficando em 9,26% desde o recorde nominal, registrado em 18 de dezembro, no auge da pressão cambial do fim do ano passado. O Ibovespa subiu 1,46%, aos 130.834 pontos, o maior patamar desde 28 de outubro. No ano, acumula alta de 8,77%. E a semana de reunião do Copom começou com os juros futuros novamente em baixa.

O dólar caiu frente a várias moedas de países emergentes, principalmente por causa de notícias positivas procedentes da China, e ainda por conta das desconfianças em relação à guerra comercial de Donald Trump. Por aqui, o nível da atividade econômica e a expectativa de aumento no diferencial de juros em relação às taxas dos EUA também ajudaram a jogar o dólar para baixo e as ações para cima.

A China vai lançar novas medidas para estimular o consumo da população, além de outras ações para estabilizar o combalido setor imobiliário e o mercado de capitais. Além disso, Pequim anunciou incentivos para aumentar a taxa de natalidade no país.

A notícia beneficiou moedas de países emergentes e o real em particular, por causa da forte ligação da economia brasileira com a chinesa, já que o país asiático é o maior parceiro comercial do Brasil, explica o diretor de câmbio para o Norte e Nordeste da B T Câmbio, Diego Costa:

- Se nosso maior cliente anuncia que está colocando estímulos para consumo, é benéfico para nós.

A divulgação de números mais fortes do que o esperado na atividade econômica chinesa também agradou o mercado. O consumo, o investimento e a produção industrial chineses superaram as estimativas no início do ano, sinais animadores para uma economia que desacelerou e que ainda demanda estímulos.

OTIMISMO EMERGENTE

Paula Zogbi, gerente de Research na Nomad, destaca que o otimismo com os dados econômicos chineses animou não apenas o Brasil, mas outros mercados emergentes. Além da ligação da economia chinesa

com esses países, os números positivos do gigante asiático impulsionaram parte das commodities -das quais a Chi-na é a maior consumidora.

A alta do Ibovespa também foi guiada pelo viés externo, com as ações ligadas a commodities impulsionando o índice. As maiores altas do dia, entretanto, ficaram por conta das ações ligadas à economia doméstica, beneficiadas pela queda dos juros futuros -o que é mais um sinal de que o mercado vê um cenário melhor. Em 18 de dezembro, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 fechou em 15,38%. Ontem, estava em 14,74%. A taxa para janeiro de 2027 recuou de 15,84% para 14,48%.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deverá elevar a taxa básica (Selic) amanhã em um ponto percentual, para 14,25% ao ano, como já sinalizado. Nos EUA, o Federal Reserve (o BC americano) também se reúne, mas a expectativa é que os juros permaneçam no patamar atual.

Analistas lembram que o fato de o IBC-Br, considerado uma prévia do **PIB**, ter vindo acima das expectativas - 0,9%, contra previsão de 0,22%-reforça a previsão de alta da Selic, observa Mareio Riauba, head da StoneX.

Mas a queda do dólar nos últimos meses e a melhoria de indicadores do mercado, como os juros futuros, já levam analistas a considerarem que o ciclo de elevação dos juros pode ser mais curto do que o previsto no início do ano. Pela primeira vez em 20 semanas, a projeção dos analistas do mercado para a **inflação** caiu, segundo o Boletim Focus. Os investidores estão atentos a possíveis medidas para conter os preços dos alimentos.

ARMINIO: NÃO TEM MILAGRE"

Para o economista Arminio Fraga, sócio da Gávea Investimentos e ex-presidente do BC, o enfrentamento da **inflação** de alimentos "não tem milagre". Segundo ele, o que está faltando é apoio da política fiscal, ou seja, maior controle dos gastos do governo.

O ex-presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso deu razão ao presidente Lula sobre formas de combater a alta dos alimentos

-O presidente Lula apanhou quando falou para as pessoas procurarem outros alimentos, mas ele tem razão. O preço dos alimentos varia. Ele (Lula) não está

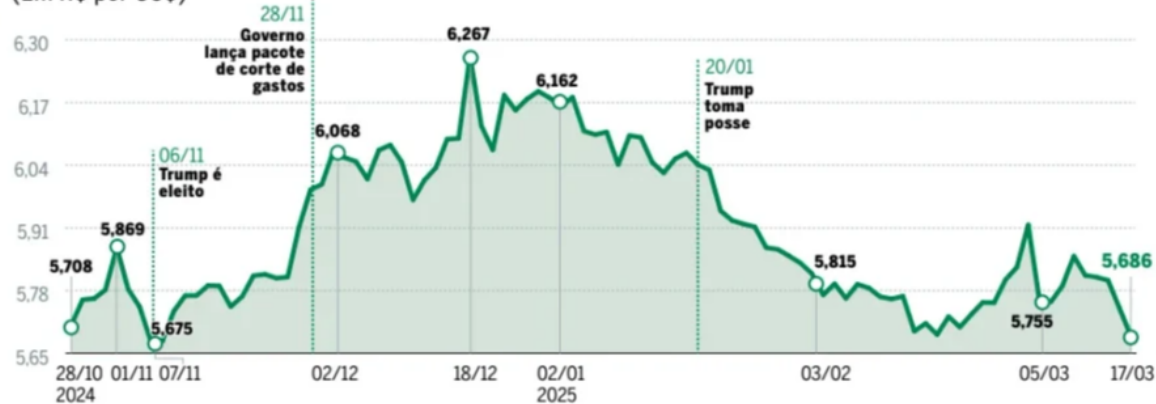
sendo muito feliz em algumas declarações, mas isso que ele falou está correto. É assim que o mercado funciona -afirmou Arminio na abertura do ano letivo do Impa Tech, no Rio.

Colaborou Vinícius Neder

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A VARIAÇÃO DO CÂMBIO

(Em R\$ por US\$)



Fonte: ValorPro

DÓLAR ACUMULADO

DESDE O PICO EM 18/12
-9,26%
EM 2025

BOLSA

IBOVESPA ONTEM
+1,46%

Maior patamar desde 28 de outubro

+6,5% NO MÊS

+8,8% EM 2025

EDITORIA DE ARTE

'Inflação de alimentos não tem milagre', diz Arminio

Lucianne Carneiro

Crítico da política fiscal do atual governo, que pressiona a política monetária, Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e fundador da Gávea Investimentos, reconheceu que "não há milagre" no enfrentamento à **inflação** de alimentos, mas revelou concordar com a sugestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à população brasileira de procurar produtos mais baratos no caso de alta de preços.

"**Inflação** de alimentos é parte do mundo da **inflação**. Não tem milagre. [...] O presidente Lula apanhou quando falou para as pessoas procurarem outro alimento. Mas ele tem razão, o preço dos alimentos varia. Ele não tem sido muito feliz em algumas declarações, mas isso está correto. É assim que o mercado funciona", disse, antes de participar da aula magna da segunda turma de graduação em matemática da tecnologia e da inovação, no Impa Tech, no Rio.

Em sua apresentação aos cerca de 200 alunos de 22 Estados, Arminio se disse preocupado com a falta de ideias do governo Lula e avaliou que o presidente não repete, nesta gestão, o desempenho de seus mandatos anteriores na Presidência.

O economista condenou o atual nível das taxas de juros no país - em um contexto em que há descompasso com a política fiscal -; classificou como muito frágil a situação fiscal do Brasil; disse que falta uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo e que "os sintomas do paciente Brasil são extremamente graves".

"No Brasil, sou um admirador da história do presidente Lula, mas acho que ele não está repetindo o desempenho que teve nas presidências anteriores. O entorno é mais difícil, não tem controle do Congresso, mas mesmo assim a falta de ideias me parece bem preocupante", disse.

No início de fevereiro, Lula recomendou que os brasileiros não comprassem certos alimentos se julgassem que o preço estava alto: "Tenho dito sempre o seguinte: uma das coisas mais importantes para controlar o preço é o próprio povo. Se desconfia que tal produto está caro, não compre".

Arminio Fraga ponderou que os preços de alimentos são voláteis e influenciados por diferentes aspectos, como cotações internacionais, câmbio e fatores climáticos. Perguntado sobre a mudança no imposto de importação para alguns itens, disse que medidas pontuais podem afetar investimentos:

"Há anos sou a favor de redução de tarifas de importação, mas não gosto de medidas pontuais porque dão a impressão de que vão resolver o problema a médio prazo. O certo seria uma revisão mais ampla".

Arminio classificou como "problema sério" o atual nível de juros: "Sem fazer nada ganha 15%". "Os sintomas do paciente Brasil são extremamente graves. E os sintomas de crescimento... Não conseguiu manter o crescimento. Não estou muito confortável", afirmou.

O ex-presidente do Banco Central citou como positivas medidas como a reforma da Previdência, a Lei das Estatais e o marco do saneamento, mas disse que desde essa época não há "estratégia de desenvolvimento de longo prazo".

"Não vejo hoje uma visão, uma estratégia de desenvolvimento. Precisa ter prioridade no gasto público, eficiência no gasto público. Aí a coisa pode andar."

Na conversa com os alunos do Impa Tech, com o tema "Por que não aprendemos? 43 anos de colapso do crescimento", Arminio mencionou o gasto de 7% do Produto Interno Bruto (**PIB**) com gastos tributários - ou subsídios, como descreve -; o buraco "enorme" da Previdência, que exigirá uma nova reforma; e a situação fiscal.

"Temos uma situação fiscal muito, mas muito frágil, que pressiona as taxas de juros. Temos a maior taxa de juros do planeta. Não é maldade do Banco Central, pode ter certeza", ao fazer referência ao descompasso entre as políticas monetária e fiscal no país.

O ex-presidente do Banco Central defendeu "uma reforma do Estado para valer", que possa melhorar os gastos públicos, o que é diferente do "desmantelamento" do Estado que Donald Trump promove nos Estados Unidos.

"[O Estado brasileiro] está de bom tamanho para a gente, não precisa diminuir, mas precisa melhorar. Precisa de menos subsídio para rico, mais gasto em in-fraestrutura, mais gasto em ciência básica, mais qualidade em tudo o que é feito. Tudo o que é feito precisa ser analisado e avaliado", afirmou.

Na sua análise, o segundo mandato de Trump na Presidência dos Estados Unidos gera incerteza em um cenário global que já era pior, porque tinha ficado para trás "a visão de um mundo com países competidores no mercado e democráticos". Ele vê com preocupação o aumento do protecionismo e disse que "a cara está bem ruim" ao falar sobre o mundo com Trump:

"Era um quadro já ruim. De repente, aparece Trump, um gerador de muita incerteza, que adotou uma estratégia de isolamento americano, sob o pretexto de que isso vai atrair investimentos. Isso tudo está com cara bem ruim."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

'Termômetro' da atividade do BC surpreende em janeiro

Rafael Vazquez e Gabriel Shinohara

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 0,89% em janeiro na comparação com dezembro, resultado que surpreendeu boa parte dos economistas do mercado - a mediana das estimativas colhidas pelo Valor Data apontava alta de 0,25%.

Segundo especialistas ouvidos pelo Valor, o dado mostra que, apesar da queda na atividade de setores como serviços e varejo no mesmo mês, a economia brasileira continua aquecida e, desta vez, a produção agrícola manteve a atividade geral em alta no primeiro mês do ano.

No trimestre encerrado em janeiro, a alta do IBC-Br foi de 0,26% na comparação com o trimestre anterior. Em relação ao mesmo mês do ano passado, por sua vez, houve alta de 3,58%. Em 12 meses encerrados em janeiro, o indicador apresentou avanço de 3,82%. Além disso, a revisão dos dados de dezembro apontou que a queda no último mês do ano passado foi de 0,60%, e não de 0,73% como havia sido divulgado anteriormente pelo Banco Central.

"A produção agrícola pode ter explicado, em grande medida, essa surpresa altista", afirma o economista da XP Rodolfo Maragato. Segundo ele, apesar da surpresa positiva no dado de janeiro, está mantida a perspectiva de desaceleração da economia brasileira ao longo do ano.

"Pre vemos que o **PIB** crescerá 2% em 2025, após aumento de 3,4% em 2024. A atividade doméstica deve desacelerar ao longo do ano, em linha com a **inflação** mais alta, ou seja, menor expansão da renda disponível às famílias, as condições financeiras mais apertadas e o menor impulso fiscal", prevê Margato. "O ritmo médio de crescimento trimestral deve ceder de 0,8% em 2024 para 0,3% em 2025."

De acordo com o boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central, o **PIB** brasileiro vai crescer 1,99% neste ano - é a primeira vez desde o início de dezembro de 2024 que a mediana das previsões de crescimento dos economistas fica abaixo de 2%.

O IBC-Br tem metodologia de cálculo distinta das contas nacionais calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas é considerado

como uma prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**). O indicador do BC, de frequência mensal, permite acompanhamento mais frequente da evolução da atividade econômica, enquanto o **PIB** de frequência trimestral, descreve um quadro mais abrangente da economia.

Já o economista da AZ Quest Lucas Barbosa acredita que conjunto dos dados de janeiro aponta que a atividade econômica no Brasil continua em nível elevado, o que é bom para quem observa o aquecimento da atividade, mas mantém o Banco Central em alerta por causa da **inflação**.

"O dado [do IBC-Br] de janeiro afasta um pouco as expectativas de uma desaceleração mais abrupta da atividade no primeiro trimestre. Vale lembrar que também houve uma revisão para cima no índice de dezembro, o que melhorou o carregamento estatístico para 1,7% na comparação anual e 0,6% na relação trimestral", diz Barbosa.

Por outro lado, na sua visão, "dá a segurança ao BC para manter o ciclo de aperto monetário de modo a garantir que o processo de convergência da **inflação** seja alcançado". Para o economista da AZ Quest, haverá um aumento de 100 pontos-base (um ponto percentual) na taxa Selic na reunião do Copom nesta semana, o que elevará a taxa básica de juros da economia para 14,25%. A projeção de Barbosa é que o ciclo de alta dos juros seja encerrado este ano em 15%.

Para Helena Veronese, economista-chefe da B.Side Investimentos, considerando os dados setoriais de serviços, comércio e indústria referentes a janeiro que foram divulgados na semana passada, fica nítido que o agronegócio impulsionou a atividade, o que já era esperado. Com desempenho do setor agrícola, o **PIB** do primeiro trimestre, segundo ela, se manterá aquecido. Por isso, ela corrobora a visão de que o Banco Central manterá o ritmo do aumento da taxa básica de juros.

"Não dá para tirar a mão do aperto monetário agora. Devemos ter uma alta mesmo de 100 pontos-base [na Selic]. A dúvida é se o Banco Central vai focar mais em **inflação** ou em atividade no **comunicado**. Seja como for, deve indicar a continuidade do aperto monetário depois desse IBC-Br", conclui.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

'Pragmatismo' pode fazer Brasil ganhar com incerteza global

Rafael Vazquez De São Paulo

As incertezas geradas globalmente pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tanto em relação ao comércio quanto aos incentivos para a transição energética são relevantes, mas as empresas brasileiras precisam ser pragmáticas a ponto de entender que o conceito de economia verde é a melhor chance do Brasil sair da armadilha da renda média e retomar uma rota de desenvolvimento capaz de atingir o patamar de país de renda alta. Esta é a visão de especialistas da escola de negócios Fundação Dom Cabral (FDC), que defendem a industrialização das vantagens comparativas brasileiras, com destaque para as áreas de segurança energética e alimentar.

"O governo americano atual faz uma campanha aberta para desacreditar os riscos das mudanças climáticas que pode até retardar o avanço da descarbonização. Mas isso não vai impedir que os eventos aconteçam e que o planeta continue aquecendo. A agenda, portanto, não será completamente revertida", comenta Aldemir Drummond, PhD em administração pela Universidade de Cambridge e professor de estratégia e organizações da FDC. "No médio e longo prazo, a des-carbonização continuará relevante e abre oportunidades para países que desenvolvam suas indústrias e tecnologias em torno desse objetivo."

Conforme explica Drummond, a ideia de industrialização das vantagens comparativas está menos ligada à transformação de produtos via manufaturas e mais conectado com inovações e sofisticação das estruturas econômicas. "Um processo agrícola com alto controle de qualidade, por exemplo, é um diferencial que dá sofisticação à cadeia de valor. Se falarmos de café, um grão de altíssima qualidade agrega mais valor para exportação do que fazer café solúvel. A palavra industrialização muitas vezes remete à manufatura, mas não é disso que estamos falando."

O professor afirma que, no caso do Brasil, as principais vantagens comparativas hoje estão baseadas na geografia e nos recursos naturais do país. E a escassez dos recursos, ligada à estratégia de preservação em vez de exploração predatória, é economicamente vantajosa para as empresas brasileiras, independentemente do que os EUA façam.

"É importante que continuemos a exportar commodities como fazemos, mas certamente é uma vantagem caminhar à frente na cadeia produtiva porque traz mais valor. O que estamos falando é da sofisticação das estruturas econômicas", reforça Drummond. "E a sofisticação das estruturas econômicas é o que foi feito por todos os países que elevaram o patamar de renda per capita nas últimas três décadas, cada um adaptando as estratégias para as suas próprias vantagens comparativas".

Especialista em economia internacional e cenários macroeconômicos, o professor associado da FDC Carlos Primo Braga destaca que o Brasil se encontra há várias décadas na categoria de país de renda média-alta, ou seja, dentro da margem de renda per capita entre US\$ 4,5 mil e US\$ 14 mil, seguindo a classificação do Banco Mundial. A renda per capita brasileira em 2023 era de US\$ 9 mil.

Para atingir US\$ 14 mil por volta de 2030, expõe Braga, a renda per capita no Brasil precisaria crescer cerca de 6% ao ano no período, o que ele observa como improvável porque para isso a produtividade brasileira precisaria crescer seis vezes acima do 1% ao ano, desempenho médio que se repete há décadas.

Braga lembra que, embora a desindustrialização de um país seja natural devido a fatores como a urbanização e a perda de participação no **PIB** para o setor de serviços, no Brasil esse processo ocorreu de forma precoce. "Ao contrário do que foi observado nos países desenvolvidos, no Brasil a desindustrialização ocorreu antes de o país atingir o nível de renda alta", destaca. "Em países mais industrializados como Alemanha, Japão, EUA, França, Reino Unido e Itália, a queda de participação da indústria de participação no **PIB** aconteceu depois que a paridade do poder de compra passou de US\$ 20 mil, enquanto no Brasil o processo iniciou quando a mesma medida ainda estava em US\$ 10 mil, por volta da década de 1970."

Braga ressalta que a desindustrialização precoce aconteceu em outros países hoje classificados como emergentes, mas que o Brasil é o local onde esse processo ocorreu de forma mais dramática. Segundo o professor associado da FDC, o motivo principal é a baixa produtividade do trabalho no país.

Diante desse cenário, conhecido na literatura econômica como "armadilha da renda média", Braga defende que a melhor solução para escapar da situação é investir em inovação. Devido aos baixos índices de qualidade na educação, o Brasil enfrenta obstáculos naturais para colocar isso em prática, mas o professor da FDC enaltece o agronegócio brasileiro como um exemplo de sucesso de um setor que, amparado pelo trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), desenvolveu tecnologias que elevaram a produtividade. "Na década de 1970 o Brasil era importador líquido de alimentos e hoje é uma potência em termos de exportações agrícolas. E o diferencial foram as inovações", diz.

A partir da observação do passado e do contexto geopolítico atual é que os especialistas da FDC chamam a atenção para as vantagens comparativas do Brasil em produtos sustentáveis. "O potencial do Brasil para mudar de patamar em termos de renda per capita, hoje, está muito ligado à questão da geografia. Recursos naturais, água, minérios, terras agricultáveis. Mas há também vantagens comparativas por investimentos feitos no passado na cadeia de energia limpa, seja etanol, seja hidrelétrica", comenta Drummond.

A questão-chave, conforme aponta Drummond, é que desta vez a iniciativa privada precisa assumir um papel mais relevante nos investimentos necessários para sofisticar ou industrializar as vantagens comparativas do país, seja na Amazônia, seja em outras regiões brasileiras com potencial para a bioeconomia. "Enfrentamos uma inexistência de espaço fiscal do Brasil nos próximos anos. Não dá para esperar que a situação se modifique a partir de investimentos públicos. O governo pode até conceder créditos, mas não tem dinheiro para investir da forma que precisaria", diz.

Por isso, Drummond defende uma estratégia a partir do micro para o macro, e não do macro para o micro, como foi o processo de industrialização do Brasil no século passado. Ele insiste que, por mais que Trump desincentive a descarbonização nos EUA ou mesmo que algum candidato com a mesma ideologia negacionista sobre as mudanças climáticas volte e liderar o Brasil, a exemplo do que ocorreu nos primeiros anos do governo Jair Bolsonaro, faz sentido para as empresas brasileiras se engajarem com a produção sustentável.

"Em recursos que o Brasil tem abundância, como água e alimentos, a preservação faz sentido econômico. Estudos científicos já mostram, por exemplo, que há muito mais produtividade quando se tem uma terra agrícola com florestas espalhadas no entorno ou no

meio. Empresas de êxito já estão investindo nisso", defende.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Pacote chinês promete bilhões para elevar renda e consumo (Editorial)

A hora da verdade parece ter chegado ao governo chinês com a intensificação da guerra tarifária desencadeada pelo presidente Donald Trump. Os desequilíbrios da economia chinesa, expressos em uma crise imobiliária ainda não debelada, um constante deslizar para a deflação e queda da demanda por consumidores inseguros terão de ser enfrentados de forma mais contundente. As exportações, que permitiram a Pequim obter um saldo comercial de US\$1 trilhão em 2024, alavancando um terço do crescimento de 5% do PIB, deixarão cada vez mais de ser uma válvula de escape para a fraqueza da demanda doméstica. Após reuniões do Congresso Nacional do Povo e de uma comissão consultiva de alto escalão, o governo anunciou pacotes que indicam que agora a prioridade será aumentar a renda e os gastos dos chineses, despesas que serão acompanhadas por investimentos na infraestrutura do bem-estar.

Há ceticismo moderado a respeito. Não foram divulgados detalhes das medidas tomadas ou em gestação, e há uma década que Pequim dita que o modelo econômico do país deveria mudar de altos investimentos em infraestrutura e fortes exportações para outro voltado para o consumo interno. Mas a cada sinal de crise ao longo dos anos, sob o comando de Xi Jinping, o governo repetiu seus pacotes anteriores, ampliando a capacidade de produção de tal maneira que hoje há superoferta e os preços pagos aos produtores têm deflação por 29 meses consecutivos. O estouro da bolha imobiliária, em meados de 2023, continua provocando estragos. Preços de imóveis novos e usados continuaram caindo em fevereiro, embora as quedas sejam bem menores que antes.

A China já anunciou recentemente auxílios financeiros que ultrapassam os US\$ 580 bilhões disponíveis para enfrentar a grande crise financeira de 2008, superior até mesmo aos gastos iniciais dos EUA, onde a crise foi gestada. As medidas dos últimos meses totalizam cerca de US\$ 800 bilhões, mas o grosso delas tem várias finalidades, além de aumentar o consumo. São bônus especiais lançados pelo governo central (perto de US\$ 200 bilhões) e governos estaduais (US\$ 600 bilhões). Pequim, porém, com o cerco fechado por Trump, deve estimular o consumo como saída para enfrentá-lo.

Ao menos US\$ 40 bilhões dos títulos especiais do governo central estão sendo usados para subsidiar a troca de carros, equipamentos domésticos e utensílios velhos por novos. Com um valor claramente insuficiente para reativar a demanda, o governo agora prometeu injeção de recursos diretamente na renda. Ele promete aumentar os salários em geral e o salário mínimo em particular, assim como as pensões urbanas e rurais. Às voltas com uma grande taxa de desemprego entre jovens, pretende flexibilizar o emprego e, para os já empregados, ampliar o período de férias remuneradas.

Além de ampliação direta da renda disponível, os gastos com investimentos serão em boa parte direcionados à infraestrutura destinada ao bem-estar dos cidadãos, precária para a segunda maior economia do mundo. Serão construídas mais creches e clínicas pediátricas. O objetivo, segundo o primeiro-ministro Li Qiang, será "impulsionar vigorosamente o consumo" e "reduzir encargos". Nesse segundo ponto, estão estudos para baratear o crédito, em especial o financiamento imobiliário, já facilitado por medidas anteriores. Também no fim de 2024, os juros foram reduzidos, assim como os compulsórios, que colocaram à disposição dos bancos para empréstimos US\$ 140 bilhões.

Xi Jinping quer com suas medidas demonstrar que não se sente constrangido com as ações de Trump e deu uma resposta política aos estabelecer como meta de crescimento da China algo "ao redor de 5%". A meta de 2024 foi cumprida, e o ano de 2025 começou bem, de certa forma. No primeiro bimestre, as vendas no varejo aumentaram 4% (12 meses), a produção industrial, 5,9%, e os investimentos, 4,1%.

Permeando todas as medidas estão os gastos destinados à alta tecnologia, objetivo permanente de Xi. Em 12 meses, por exemplo, a produção de robôs aumentou 23% e a de wafers para semicondutores (base para a fabricação de chips), 19,6%, segundo a agência oficial Xinhua. Notas destoantes continuam sendo emitidas pelo setor imobiliário. Os preços de residência novas declinaram 3,22% e os investimentos em imóveis, 9,8% em 12 meses.

A reação da economia chinesa, que de maneira alguma está assegurada ao longo do ano, empurrou os preços do petróleo para cima, assim como as

bolsas locais, que não vivem boa fase. Como retaliação a Trump, Pequim alvejou US\$ 21 bilhões em produtos agrícolas americanos e há indícios de que acelerou as compras de soja brasileira. É possível que também dê ainda maior preferência ao Brasil, que lidera nas importações chinesas de carnes das quais os EUA são o terceiro maior fornecedor. Na economia, a China tem bom arsenal. Pode dar fortes impulsos monetários a um custo financeiro baixo, de 1,4% por 10 anos. Se finalmente estimular o gigantesco mercado de consumo interno, estará fazendo a coisa certa.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Lula envia isenção de IR até R\$ 5 mil ao Congresso: entenda o que pode mudar e impactos da proposta

O governo federal encaminha nesta terça-feira (18/3) ao Congresso Nacional proposta para isentar do Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil por mês .

A proposta é uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ela havia sido anunciada pelo ministro da Fazenda , Fernando Haddad, no final do ano passado, junto ao pacote fiscal que incluiu medidas como a mudança na regra de reajuste do salário mínimo.

A expectativa do governo é de que o projeto seja aprovado ainda este ano, a tempo de a isenção valer já em 2026.

A verdade é que quem paga IR nesse país é quem tem desconto na fonte, por que aí não tem como sonegar. É descontado na folha de pagamento dele. Mas quem ganha muito as vezes nem paga. Inventam sempre uma mutreta qualquer para não pagar. Queremos salvar o povo trabalhador de pagar o IR enquanto muita gente rica sonega , disse Lula na sexta-feira (14/3), ao anunciar que a proposta seria encaminhada ao Congresso nesta semana.

Segundo a proposta, a mudança no IR não terá impacto fiscal, pois a ideia é que o aumento da taxa sobre os mais ricos compense a perda de arrecadação com a ampliação da isenção.

O governo está propondo um imposto mínimo para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês, seja através de um CPF ou de CNPJ. Anteriormente, Haddad tinha afirmado que essa taxa poderia chegar a até 10% da renda.

Nesta segunda-feira (17), Haddad afirmou que a perda de arrecadação com a medida é estimada em cerca de R\$ 27 bilhões para 2026.

Inicialmente, a perda de arrecadação havia sido estimada em R\$ 32 bilhões, mas o valor foi recalculado.

Foi um recálculo, porque este ano haverá uma

pequena correção depois do Orçamento, por conta do aumento do salário mínimo , disse o ministro.

A medida é vista como parte do pacote de bondades de Lula em meio à queda de popularidade de sua gestão às vésperas das eleições presidenciais, previstas para outubro do ano que vem.

Além da isenção do IR para rendimentos até R\$ 5 mil, o governo também deu início a uma **reforma ministerial** e anunciou nas últimas semanas medidas como o crédito consignado para trabalhadores formais e a liberação do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) para quem aderiu ao **saque-aniversário**.

Uma pesquisa realizada pela Quaest em dezembro mostrou que 75% dos entrevistados aprovavam a isenção do IR para quem recebe até R\$ 5 mil. Ao fim do ano passado, a medida tinha alto índice de aprovação tanto por eleitores de Lula, quanto por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Defensores da proposta dizem que a tabela do Imposto de Renda está defasada em relação à **inflação** há anos, o que leva os contribuintes a pagarem mais **impostos**.

Já os críticos consideram a proposta eleitoral e argumentam que a medida beneficia a classe média e aumenta a concentração de renda , além de não contribuir com o esforço de equilíbrio fiscal do governo.

Economistas também alertam que a injeção de recursos na economia gerada pelo pagamento menor de **impostos** pode ter impacto sobre a **inflação** e a taxa de juros.

Entenda o que pode mudar caso a proposta seja aprovada pelo Congresso e os possíveis impactos da medida.

Na lei, limite atual de isenção é de R\$ 2.259, mas com o mecanismo de desconto simplificado adotado pelo governo Lula desde 2023, na prática, a isenção beneficia quem ganha até dois salários mínimos (R\$

2.824).

Havia 40,6 milhões de declarantes no ajuste anual do IR, segundo dados de 2022. Desses, cerca de 16 milhões estavam isentos pela regra atual (39% do total).

Com a proposta, mais 16 milhões de pessoas devem ficar isentas adicionalmente, segundo cálculo da MCM Consultores, o que resultaria em 32 milhões de isentos - ou 79% do total, um patamar sem precedentes.

Quem ganha até R\$ 7,5 mil também pagará menos imposto de renda, segundo a proposta enviada nesta terça-feira para o Congresso.

O grupo dos super-ricos - aqueles que recebem mais de R\$ 50 mil mensais - deve passar a pagar mais Imposto de Renda, com uma alíquota mínima de 10%, a ser cobrada sobre todas as fontes de renda.

A ideia do governo é que o debate no Congresso sobre a isenção para salários de até R\$ 5 mil seja concluído este ano - e, se aprovada, a medida passe a valer em 1º de janeiro de 2026.

O governo federal estimou a perda de arrecadação com a isenção do IR para rendimentos em R\$ 27 bilhões em 2026.

Na prática, o que as pessoas vão deixar de pagar em imposto deve significar uma injeção adicional de recursos na economia, com efeito sobre o consumo das famílias, o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), a **inflação** e a taxa de juros, observaram os economistas da MCM Consultores, em um estudo divulgado na semana passada.

Segundo a equipe da MCM, como a economia brasileira já está atualmente superaquecida, o choque esperado no consumo das famílias pode resultar em que o Banco Central não tenha espaço para reduzir a taxa básica de juros em 2026 ou pode até ter que ajustar um pouco para cima a taxa, para combater os efeitos da injeção de recursos na economia sobre a **inflação**.

Isso porque, com mais dinheiro no bolso, as famílias vão às compras, pressionando a demanda e os preços dos produtos.

Estudos realizados pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP) antes da proposta do governo ser encaminhada ao Congresso mostraram que a isenção do IR até R\$ 5 mil beneficia grupos já privilegiados da sociedade .

Segundo os pesquisadores, é preciso que a medida de fato seja combinada com uma maior tributação do topo para que não haja uma piora na desigualdade do país.

Atualmente, temos mais ou menos 22% da população pagando Imposto de Renda, e com a mudança da regra vai ter só 8% , destacou Luiza Nassif Pires, diretora do Made-USP e professora do Instituto de Economia da Unicamp, em entrevista à BBC News Brasil em dezembro.

Então, tem um problema que, apesar da sensação de que aumentar a isenção até R\$ 5 mil é algo que distribuiria renda para a base, na verdade, isso é uma distribuição de renda para uma classe média já mais no topo da pirâmide , completou a pesquisadora.

Também em entrevista à BBC, Samuel Pessôa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) e chefe de pesquisa econômica do Julius Baer Family Office, criticou o fato de a mudança do IR ter sido anunciada junto ao pacote fiscal do governo.

O ministro [Haddad] tem dito que tem como objetivo fazer uma grande reformulação dos **impostos** de renda, com vistas a reduzir o grau de regressividade e talvez tornar os **impostos** de renda brasileiros mais progressivos. O ministro está absolutamente correto. Agora, isso demandaria uma revisão mais ampla de todos os **impostos** de renda. Não é isso que foi feito , observou Pessôa, em conversa com a BBC em novembro.

O que foi feito é uma medida que, no meu entender, é eleitoreira para que o presidente consiga que uma parte da população, cuja maioria não votaria com ele, passe a votar com ele em 2026 , acrescentou o economista.

Para Pessôa, será fundamental acompanhar a tramitação do projeto no Congresso.

O grande medo que fica é o Congresso aprovar a isenção, o aumento da tabela do Imposto de Renda, e não aprovar o imposto sobre os ricos. Aí cria um desequilíbrio fiscal, agrava o problema , observou o economista.

O governo federal encaminha nesta terça-feira (18/3) ao Congresso Nacional proposta para isentar do Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil por mês .

A proposta é uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ela havia sido anunciada pelo ministro da Fazenda ,

Fernando Haddad, no final do ano passado, junto ao pacote fiscal que incluiu medidas como a mudança na regra de reajuste do salário mínimo.

A expectativa do governo é de que o projeto seja aprovado ainda este ano, a tempo de a isenção valer já em 2026.

A verdade é que quem paga IR nesse país é quem tem desconto na fonte, por que aí não tem como sonegar. É descontado na folha de pagamento dele. Mas quem ganha muito as vezes nem paga. Inventa sempre uma mutreta qualquer para não pagar. Queremos salvar o povo trabalhador de pagar o IR enquanto muita gente rica sonega, disse Lula na sexta-feira (14/3), ao anunciar que a proposta seria encaminhada ao Congresso nesta semana.

Segundo a proposta, a mudança no IR não terá impacto fiscal, pois a ideia é que o aumento da taxa sobre os mais ricos compense a perda de arrecadação com a ampliação da isenção.

O governo está propondo um imposto mínimo para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês, seja através de um CPF ou de CNPJ. Anteriormente, Haddad tinha afirmado que essa taxa poderia chegar a até 10% da renda.

Nesta segunda-feira (17), Haddad afirmou que a perda de arrecadação com a medida é estimada em cerca de R\$ 27 bilhões para 2026.

Inicialmente, a perda de arrecadação havia sido estimada em R\$ 32 bilhões, mas o valor foi recalculado.

Foi um recálculo, porque este ano haverá uma pequena correção depois do Orçamento, por conta do aumento do salário mínimo, disse o ministro.

A medida é vista como parte do pacote de bondades de Lula em meio à queda de popularidade de sua gestão às vésperas das eleições presidenciais, previstas para outubro do ano que vem.

Além da isenção do IR para rendimentos até R\$ 5 mil, o governo também deu início a uma **reforma ministerial** e anunciou nas últimas semanas **medidas como o crédito consignado para trabalhadores formais e a liberação do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para quem aderiu ao saque-aniversário.**

Uma pesquisa realizada pela Quaest em dezembro mostrou que 75% dos entrevistados aprovavam a isenção do IR para quem recebe até R\$ 5 mil. Ao fim do ano passado, a medida tinha alto índice de

aprovação tanto por eleitores de Lula, quanto por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Defensores da proposta dizem que a tabela do Imposto de Renda está defasada em relação à **inflação** há anos, o que leva os contribuintes a pagarem mais **impostos**.

Já os críticos consideram a proposta eleitoral e argumentam que a medida beneficia a classe média e aumenta a concentração de renda, além de não contribuir com o esforço de equilíbrio fiscal do governo.

Economistas também alertam que a injeção de recursos na economia gerada pelo pagamento menor de **impostos** pode ter impacto sobre a **inflação** e a taxa de juros.

Entenda o que pode mudar caso a proposta seja aprovada pelo Congresso e os possíveis impactos da medida.

Na lei, limite atual de isenção é de R\$ 2.259, mas com o mecanismo de desconto simplificado adotado pelo governo Lula desde 2023, na prática, a isenção beneficia quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.824).

Havia 40,6 milhões de declarantes no ajuste anual do IR, segundo dados de 2022. Desses, cerca de 16 milhões estavam isentos pela regra atual (39% do total).

Com a proposta, mais 16 milhões de pessoas devem ficar isentas adicionalmente, segundo cálculo da MCM Consultores, o que resultaria em 32 milhões de isentos - ou 79% do total, um patamar sem precedentes.

Quem ganha até R\$ 7,5 mil também pagará menos imposto de renda, segundo a proposta enviada nesta terça-feira para o Congresso.

O grupo dos super-ricos - aqueles que recebem mais de R\$ 50 mil mensais - deve passar a pagar mais Imposto de Renda, com uma alíquota mínima de 10%, a ser cobrada sobre todas as fontes de renda.

A ideia do governo é que o debate no Congresso sobre a isenção para salários de até R\$ 5 mil seja concluído este ano - e, se aprovada, a medida passe a valer em 1º de janeiro de 2026.

O governo federal estimou a perda de arrecadação com a isenção do IR para rendimentos em R\$ 27 bilhões em 2026.

Na prática, o que as pessoas vão deixar de pagar em

imposto deve significar uma injeção adicional de recursos na economia, com efeito sobre o consumo das famílias, o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), a **inflação** e a taxa de juros, observaram os economistas da MCM Consultores, em um estudo divulgado na semana passada.

Segundo a equipe da MCM, como a economia brasileira já está atualmente superaquecida, o choque esperado no consumo das famílias pode resultar em que o Banco Central não tenha espaço para reduzir a taxa básica de juros em 2026 ou pode até ter que ajustar um pouco para cima a taxa, para combater os efeitos da injeção de recursos na economia sobre a **inflação**.

Isso porque, com mais dinheiro no bolso, as famílias vão às compras, pressionando a demanda e os preços dos produtos.

Estudos realizados pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP) antes da proposta do governo ser encaminhada ao Congresso mostraram que a isenção do IR até R\$ 5 mil beneficia grupos já privilegiados da sociedade .

Segundo os pesquisadores, é preciso que a medida de fato seja combinada com uma maior tributação do topo para que não haja uma piora na desigualdade do país.

Atualmente, temos mais ou menos 22% da população pagando Imposto de Renda, e com a mudança da regra vai ter só 8% , destacou Luiza Nassif Pires, diretora do Made-USP e professora do Instituto de Economia da Unicamp, em entrevista à BBC News Brasil em dezembro.

Então, tem um problema que, apesar da sensação de que aumentar a isenção até R\$ 5 mil é algo que distribuiria renda para a base, na verdade, isso é uma distribuição de renda para uma classe média já mais no topo da pirâmide , completou a pesquisadora.

Também em entrevista à BBC, Samuel Pessôa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) e chefe de pesquisa econômica do Julius Baer Family Office, criticou o fato de a mudança do IR ter sido anunciada junto ao pacote fiscal do governo.

O ministro [Haddad] tem dito que tem como objetivo fazer uma grande reformulação dos **impostos** de renda, com vistas a reduzir o grau de regressividade e talvez tornar os **impostos** de renda brasileiros mais progressivos. O ministro está absolutamente correto. Agora, isso demandaria uma revisão mais ampla de todos os **impostos** de renda. Não é isso que foi feito ,

observou Pessôa, em conversa com a BBC em novembro.

O que foi feito é uma medida que, no meu entender, é eleitoreira para que o presidente consiga que uma parte da população, cuja maioria não votaria com ele, passe a votar com ele em 2026 , acrescentou o economista.

Para Pessôa, será fundamental acompanhar a tramitação do projeto no Congresso.

O grande medo que fica é o Congresso aprovar a isenção, o aumento da tabela do Imposto de Renda, e não aprovar o imposto sobre os ricos. Aí cria um desequilíbrio fiscal, agrava o problema , observou o economista.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Lula envia isenção de IR até R\$ 5 mil ao Congresso: entenda o que pode mudar e impactos da proposta

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2025/03/7086875-lula-envia-isencao-de-ir-ate-rs-5-mil-ao-congresso-entenda-o-que-pode-mudar-e-impactos-da-proposta.html>

Lula e o novo prazo para o fim da reforma ministerial

Pode, claro, ser mais um dos despistes de Lula , entre tantos, neste processo de **reforma ministerial**.

Mas nos últimos dias, o presidente tem repetido que vai finalizar a reforma durante a viagem ao Japão e Vietnã, para onde vai no sábado, e a anunciará logo que voltar, no dia 29.

Para a ida a Ásia, Lula convidou Hugo Motta e Davi Alcolumbre para integrarem sua comitiva.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2025/03/lula-e-o-novo-prazo-para-o-fim-da-reforma-ministerial.ghtml>